

José Esteves Pereira

PERCURSOS DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

PREFÁCIO

1. *Ao dar o título de Percursos de História das Ideias a esta recolha selectiva dos seus estudos sobre cultura e pensamento português e luso-brasileiro, vindos a público durante os três decénios da sua docência universitária, primeiro na Faculdade de Letras de Coimbra e, desde 1981, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, José Esteves Pereira pretendeu, decerto, conferir-lhe um duplo sentido e referir-se a um duplo percurso.*

Por um lado, o presente volume ilustra, significativamente, o próprio percurso do Autor enquanto investigador e historiador das ideias e o caminho de aprofundamento metodológico e problemático que trillhou desde o seu estudo inaugural acerca do pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira (1974), percurso que aqui se encontra documentado e balizado, se bem que, para esta nova publicação, José Esteves Pereira haja procedido a uma profunda revisão, actualização e reescrita de muitos dos estudos e ensaios que aqui reuniu, de modo a fazer deles um livro, com a unidade que nele se patenteia; por outro, estão aqui estudados diversos percursos históricos das próprias ideias filosóficas, políticas, sociais e económicas em Portugal e no Brasil no período que vai de Vieira até à segunda metade do século há pouco findo.

Integrado na segunda geração que, em Coimbra, recebeu o alto magistério filosófico de A. Miranda Barbosa, cuja figura evoca e cujo pensamento estuda num dos últimos trabalhos aqui incluídos, José Esteves Pereira, se não deixou nunca de reconhecer a importância que tal magistério teve na sua formação intelectual, foi, no entanto, no ensino de José Sebastião da Silva Dias que encontrou a mais directa e duradoura inspiração para o caminho que viria a escolher, o da História das Ideias, havendo feito parte do grupo de investigadores que o autor de Portugal e a Cultura Europeia formou em Coimbra — ao lado de Luís Manuel Reis Tegal, Fernando Catroga, Amândio Coxito, José Eduardo Horta

Correia, João Almeida Policarpo e Jaime Raposo Costa — e tendo depois acompanhado o mestre quando este se transferiu da Universidade de Coimbra para a Universidade Nova de Lisboa, vindo a suceder-lhe na direcção do Centro de História da Cultura e da revista Cultura. Na Universidade de que é catedrático e foi já vice-reitor, promoveu a criação do Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias.

2. Embora a larga maioria dos estudos, ou capítulos, que constituem o presente volume tenha nascido de solicitação externas ao Autor, em especial da sua participação em colóquios e congressos, em obras colectivas de revisão ou reavaliação histórica de determinadas épocas e figuras, ou resultado de prefácios à reedição moderna de obras fundamentais da cultura portuguesa de Oitocentos, não deixam eles de revelar surpreendente unidade não só de perspectiva teórica, metodológica e hermenêutica, como ainda nos temas e autores considerados ou nas correntes doutrinárias estudadas.

A distribuição por três partes dos trabalhos aqui reunidos ilustra, com clareza, os domínios que a investigação de José Esteves Pereira tem privilegiado: a filosofia e a cultura portuguesa setecentista, a história do pensamento político e económico português dos séculos XVIII e XIX e o pensamento filosófico luso-brasileiro.

Na parte I, assume significativo relevo a atenção dada pelo Autor às diversas facetas da cultura portuguesa do século XVIII, da presença do cartesianismo, do newtonianismo e do empirismo lockeano no ambiente cultural, social e político português (onde se contém uma interessante interpretação do significado e valor da Lógica de Azevedo Fortes e uma justa reivindicação do importante papel que desempenhou, o qual, no entanto, é geralmente desatendido), até às concepções pedagógicas e éticas, à teologia, à apologetica e ao modo de entender a natureza e as suas

relações com a sociedade, culminando com uma proposta inovadora para uma melhor compreensão da Ilustração em Portugal.

Ao mesmo tempo que, contrariando muitas ideias feitas e uma opinião superficial ainda hoje amiúde expressa acerca do pretenso maior significado cultural do Pombalismo e do reinado de D. José relativamente ao período joanino, Esteves Pereira mostra que a realidade é, precisamente, a inversa, destacando e valorizando as tentativas reformadoras surgidas durante o reinado do rei Magnânimo e por ele muitas vezes apoiadas, de Jacob de Castro Sarmiento, Azevedo Fortes e Verney a João Baptista e Teodoro de Almeida, não deixando de chamar a atenção para o que define e individualiza a nova atitude especulativa: o racionalismo e o empirismo e o primado da problemática gnosiológica, a centralidade antropológica das questões pedagógicas e éticas, a emergência do jusnaturalismo racionalista e a reivindicação da autonomia do discurso filosófico face à teologia, sem, todavia, pôr nunca em causa o compromisso cristão, configurando tudo isto uma atitude «ecléctica» perante o saber de que é possível encontrar antecedentes já na segunda metade do século XVII, em especial em Isaac Cardoso.

3. Na parte II, constituída por trabalhos incidentes sobre a história das ideias políticas e económicas em Portugal nos séculos XVII a XIX, vamos encontrar dois tipos diferentes de estudos: os que se cingem à consideração do pensamento de determinado autor (Vieira, Garrett, Amorim Viana, Lopes Praça, Sérgio) e aqueles que traçam o perfil de um período ou de uma corrente (o Pombalismo, o pensamento económico de setecentos ou os projectos políticos e sociais que visavam superar a crise do liberalismo).

Se dos primeiros merecem destaque, pela sua novidade, os dedicados aos desígnios políticos do P.^e António Vieira, ao pensamento social de

Amorim Viana, às ideias políticas e sociais de Lopes Praça ou ao conceito sergiano de democracia, afigura-se, no entanto, que o capítulo mais interessante e bem logrado desta parte II do presente volume é o consagrado às ideias económicas em Portugal no século XVIII, em que Esteves Pereira nos brinda com uma síntese magistral sobre a evolução do pensamento económico entre nós durante aquele período, conferindo-lhe um carácter orgânico e uma coerência interna até aqui desatendidos ou mal compreendidos, desde o mercantilismo de D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão e Carvalho e Melo e o fisiocratismo de Joaquim José Rodrigues de Brito (autor a que Esteves Pereira tem dedicado iluminadora atenção hermenêutica) e das Memórias Económicas da Academia das Ciências até ao final livre-cambismo de Azevedo Coutinho, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e José da Silva Lisboa.

Digno de realce se apresenta, igualmente, o capítulo intitulado «De Silvestre Pinheiro Ferreira a Antero de Quental. Projectos político-sociais para Portugal», em que o probo investigador, que, desde há três décadas, vem estudando o pensamento do autor das fluminenses Prelecções Filosóficas, detidamente considera as propostas, de tipo associativo ou associacionista, apresentadas, a partir de 1840, para procurar superar ou debelar a crise do liberalismo no domínio social. Retomando os trabalhos pioneiros de Vítor de Sá, em especial a tese sobre A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1969), José Esteves Pereira estuda aqui os projectos sociais de Silvestre Pinheiro Ferreira, Henriques Nogueira e Antero, não deixando, igualmente, de reconhecer o que o pensamento solidarista deste último terá ficado a dever à versão dada ao krausismo conimbricense por autores como Costa Lobo e Rodrigues de Brito, professor que exerceu decisiva influência na formação intelectual e especulativa do autor das Odes Modernas.

4. Particularmente inovadora se apresenta a parte III do volume, dedicada ao pensamento luso-brasileiro, disciplina de estudo consolidada nos últimos três lustros e para cuja constituição José Esteves Pereira tem contribuído por diversas modos.

Se, na segunda metade da década de 70 do século passado, a presença de Eduardo Abranches de Soveral, na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, e de Francisco da Gama Caeiro, na Universidade de São Paulo, em estreita ligação ambos com António Paim, possibilitou o início do estudo conjunto, por portugueses e brasileiros, de figuras maiores da reflexão filosófica dos dois países, se o I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia, organizado, em Braga, pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, em 1981, foi ocasião para uma primeira tentativa de identificação dos pontos de convergência entre as filosofias portuguesa e brasileira, que, alguns anos depois, se consolidaria no arrojado empreendimento que foi a Logos — Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia (1989-1992), seria, contudo, em 1990, com a realização, na Universidade Nova de Lisboa, sob o impulso de José Esteves Pereira e de Luiz António Barreto, do I Colóquio Tobias Barreto que se iniciaria o estudo sistemático, numa perspectiva comparativa, do pensamento luso-brasileiro, o qual seria depois desenvolvido, principalmente, no âmbito dos Colóquios Tobias Barreto, em Portugal, e Antero de Quental, no Brasil, e do V, VI e VII Congressos Brasileiros de Filosofia, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Filosofia e pelo seu presidente, Miguel Reale, e dos cursos, colóquios e publicações de iniciativa do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, criado, em Lisboa, em 1992.

Os estudos, ensaios ou capítulos que compõem a parte III do livro, na sua quase totalidade, tiveram a sua origem e conheceram a sua primeira versão nos Colóquios Tobias Barreto e Antero de Quental e, embora tratem dos autores que deles foram objecto, não deixam de revelar

interesses especulativos e culturais idênticos ou afins daqueles que são abordados nas duas partes anteriores da obra.

Na verdade, nos estudos aqui consagrados a Silvestre Pinheiro Ferreira, Gonçalves de Magalhães, Rodrigues de Brito, Cunha Seixas, Antero, Domingos Tarroso, Bruno, Teófilo Braga, Sílvio Romero, Gilberto Freyre, Jaime Cortesão, Vicente Ferreira da Silva e Miranda Barbosa vamos encontrar alguns temas recorrentes, como a teoria e o sentido da História, a questionação sobre os fundamentos epistemológicos da sociologia, a ideia de natureza e o significado metafísico do evolucionismo, o valor e o âmbito da presença do krausismo no pensamento luso-brasileiro ou a noção de cultura e sua relação matricial com o mito como englobante do mundo do homem.

Esta breve apresentação de um autor e de uma obra que dela não carecem, pois de há muito têm um sólido lugar firmado no panorama universitário de língua portuguesa, pela seriedade e inteligência que os seus estudos sempre revelam, pela capacidade e ousadia de percorrer caminhos ainda por trilhar, não tem outro sentido nem outra intenção que não seja chamar a atenção para o alto significado de que este rico conjunto de três dezenas de estudos se reveste, constituindo, a partir de agora, obra de referência indispensável para quem pretenda conhecer a história das ideias filosóficas, políticas, económicas e sociais na cultura de língua portuguesa do século XVIII à mais recente e relevante actualidade.

ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA

À Margarida

SOBRE A HISTÓRIA DAS IDEIAS

1. Um percurso teórico

As considerações que se seguem aparecem no início deste livro para dar conta de um percurso de história das ideias que tem atendido, também, a aspectos mais teóricos. Não é nossa intenção reproduzir, aqui, textos que sobre a matéria publicámos e foram reunidos, em parte em livro, com título igual ao do presente capítulo¹, nem aprofundar temas que mais justificariam uma obra de incidência exclusivamente epistemológica.

Começa por ser difícil escrever sobre o nosso percurso teórico de história das ideias. Confessamos alguma emotividade e menor distanciamento do que aquele que eventualmente possamos ter sobre as matérias que ao longo do livro o leitor pode avaliar. Neste capítulo inicial seria praticamente impossível não contar com assomos de memória vivenciada.

É certo que se pode traçar uma genealogia significativa de intervenções teóricas sobre a história que antecederam aquelas que por nós foram assumidas a partir de 1982, às vezes com algum sentido de combate. É certo, também, que outros, na esteira do que ousámos, concretizaram estudos significativos ou invocaram referências epistemológicas que, em parte, nos responsabilizam pelo que afirmámos.

Apresentados estes considerandos impõe-se dizer, ainda, que o ponto de partida de reflexão teórica sobre a história das ideias

¹ José Esteves Pereira, *Sobre a História das Ideias. Intervenções. Recensões (1982-1988)*, Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1992.

que vamos prosseguindo parte de uma experiência de escola, como aliás já foi assinalado em obra de referência². Assim, não nos teria sido possível nem teorizar, nem fazer história das ideias sem o magistério e a criação de infra-estruturas de investigação como aquelas que José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) criou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e iniciou na Universidade Nova de Lisboa.

O modo inovador, seguro, fundamentado, como nos fins da década de 60 eram abordados por Silva Dias os temas de Cultura Portuguesa e de Cultura Europeia, sobretudo no âmbito do Seminário de Cultura Portuguesa, projectou-se no trabalho de duas gerações de investigadores. Deve realçar-se, também, que não obstante o risco potencial, no âmbito do Seminário a que me referi, se desenvolvia uma pesquisa dotada já de assinaláveis meios bibliográficos, concretamente para o estudo das ideias políticas.

Por outro lado, o ponto de partida cultural e político-cultural que marcava, então, a escola veio a questionar-nos sobre o *fazer história das ideias* em âmbito mais pluridisciplinar. Por isso nos viemos a co-responsabilizar pela abertura ao social, ao económico, ao estético, ao religioso e, no nosso caso, de um modo especial ao campo da história das ideias filosóficas, que estão razoavelmente presentes no livro agora publicado.

Um outro aspecto que importa considerar para compreender um percurso teórico e prático da história das ideias com aquele que viria, entretanto, a institucionalizar-se, a nível de licenciatura, mestrado e doutoramento, era o relacionamento incontornável de perspectivas que, para além do superável positivismo, se prendia com a articulação entre o que poderia ser entendido como nível epifenoménico da história das ideias e as concreções sociais e económicas de base. Preferimos, neste caso, utilizar um texto da nossa autoria, de 1983, inexoravelmente datado, é certo, em que fazíamos, já, um balanço:

Aceitava-se, não unanimemente, que deveria haver um paralelismo entre uma história económica e social, por exemplo, e uma história das ideias. Havia nisso, como é

² J. Amado Mendes, «Caminhos e problemas da historiografia portuguesa», in *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 402.

evidente, uma subyacência ideológica pautada pela linearidade epistemológica da vulgata marxista no caminho que vai do infra-estrutural para o superestrutural ou que vai do domínio das estruturas materiais para as correlativas estruturas mentais. Mas o que, no fundo, me pareceu poder colher, em média, para a consensualidade necessária que veio a verificar-se foi o estatuto epifenoménico da ideia em relação ao *factum*. E a questão parece que ficou menos clarificada, até, quando na reestruturação de 1978 se substituiu o ensino das ideias pelo ensino das doutrinas³. Neste último caso referia-me, especificamente, à história do pensamento económico.

Não nos parecia ser esse, efectivamente, o caminho a seguir. Mesmo antes de um contacto de leitura com a tradição lovejoyana da *history of ideas*, ela própria insuficiente pelo seu pendor «idealista», o que se nos afigurava, eventualmente, mais fecundo era que em história das ideias nos devíamos mover menos pela incidência reflexiva do acontecimental ou do serial da história e mais pela «pensabilidade» do facto, pela «tensão» do facto e, acima de tudo, pela perspectiva interrogante, sem nunca esquecer as exigências heurísticas e a atenção ao circunstancial do tempo histórico. Quando nos referimos à dimensão interrogante queremos dizer que a sua apreensão se deve fazer não dentro de quadros espaço-temporais vazios, imaginários, por ausência de objecto, mas sim permanentemente atentos à historicidade.

Defendemos, também, que em história das ideias estamos, sobretudo, perante a apreensão reflectida do facto enquanto multiplicidade significativa. E isso impõe o distanciamento, mas não a exclusão, em todo o caso, como que em dúvida metódica, do puramente quantitativístico ou sociológico.

³ A questão foi levantada no âmbito da reestruturação dos programas no Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1974. Recordamos esse tempo como oportunidade de um fecundo debate de concepções e procura de caminhos em condições de abertura institucional e que, no que respeita à área de história das ideias, permitiram reforçar a sua afirmação disciplinar. Logo em 1976 surgiria o primeiro número da *Revista de História das Ideias*, dirigida por Silva Dias, que, em 1979, se transfere para a Universidade Nova de Lisboa, onde funda nova revista: *Cultura — História e Filosofia*, em 1982, actualmente prosseguida, em segunda série, sob a designação de *Cultura — Revista de História e Teoria das Ideias*.

O nível de apreensão a que nos referimos vai do domínio do consciente ao inconsciente (não hesitámos em acolher, em dada altura, embora sem resultados palpáveis, a psico-história), o utópico, o sacral, o banal e as «mentalidades». Em exemplo de ocasião, ironicamente chegámos a falar na «temática abarcadora do ‘coup de poing’ e do computador num campo de história das ideias que fosse de Zeus até ao Grande Gatsby, e da troca directa à opção zero»⁴. Poderiam substituir-se as referências no que inerem de culturalmente simbólico.

O *facto* não se pensa nem se traduz sem resistência. No início dos anos 80 «descobria-se» a história das mentalidades como história de resistências⁵. Sem confundir a história das mentalidades, então em *aggiornamento* de *nouvelle histoire*, era comum a necessidade de uma estratégia de abertura, de globalidade acolhedora de riqueza polissémica, transfinita de significação. O *facto* resiste à sua desocultação, certamente.

Um outro aspecto que nos mereceria o maior cuidado era o campo das tensões. Devemos a sugestões de Silva Dias a possibilidade de nos dedicarmos com mais profundidade ao assunto. É que as tensões políticas, culturais, religiosas, entre outras, que a história das ideias fecundamente pode tratar, surgem de uma forma que exige mediação aberta ao dramático e ao problemático da temporalidade que só do ponto de vista da apreensão reflectida do *facto* é possível.

Da atitude dessa pensabilidade do *facto*, da sua resistência, da sua tensão e da sua transfinita significação decorria como que naturalmente a vocação pluridisciplinar e transdisciplinar.

Na feição algo memorialística como estamos a encaminhar este capítulo inicial talvez não seja deslocado referir um momento em que se nos afigurou relativamente reiterada a pertinência da nossa empresa inicial com o sentido de encontrar uma referência epistemológica fecunda para *fazer história das ideias*.

⁴ José Esteves Pereira, ob. cit., p. 20.

⁵ Embora seja uma questão inexoravelmente datada, importa referi-la. Na senda da chamada de atenção de Fernand Braudel, em artigo de 1958, intitulado «La longue durée», realizara-se em 1980, em Aix-la-Baume, um importante colóquio sobre «Histoire des Mentalités, Histoire des Résistances, ou les prisons de la longue durée».

ÍNDICE

<i>Prefácio</i> , por ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA	7
Sobre a História das Ideias	15

PARTE I

FILOSOFIA E CULTURA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

O cartesianismo no ambiente cultural, social e político de Seiscentos e Setecentos	29
Neutonianismo e cura do intelecto	41
De Luís António Verney a Silvestre Pinheiro Ferreira	51
Verney e as concepções éticas em Portugal na segunda metade do século XVIII	59
Teologia e apologética em Portugal na segunda metade do século XVIII	69
Natureza e sociedade no século XVIII: do neutonianismo moral da marquesa de Alorna ao enciclopedismo de Vicente Nolasco da Cunha	77
A Ilustração em Portugal	91

PARTE II

ASPECTOS DO PENSAMENTO POLÍTICO E ECONÓMICO PORTUGUÊS E BRASILEIRO

Teorização absolutista e centralização	107
O sol e a lua. Desígnios políticos de Vieira	125
Poder e saber. Alcance e limitações do projecto pombalino	133
O pensamento económico português no século XVIII	141

Almeida Garrett. Liberalismo e romantismo	171
O periódico <i>O Christianismo</i> (1852) e a Revolução Francesa	187
De Silvestre Pinheiro Ferreira a Antero de Quental. Projectos político-sociais para Portugal.....	195
Pensamento social em Pedro de Amorim Viana. A análise crítica ao <i>Système des contradictions économiques</i> de Proudhon.....	215
As ideias filosóficas, políticas e sociais de José Joaquim Lopes Praça (1844-1920).....	229
O conceito de democracia em António Sérgio	245

PARTE III

PENSAMENTO LUSO-BRASILEIRO

Silvestre Pinheiro Ferreira: das <i>Prelecções Filosóficas</i> (1813) às <i>Noções Elementares de Filosofia</i> (1839)	263
Significado e sentido da História em Gonçalves de Magalhães	283
O krausismo de Joaquim Maria Rodrigues de Brito e o ambiente cultural português de Oitocentos	293
Cunha Seixas, o evolucionismo e a metafísica	303
Vivência do tempo e da História em Antero de Quental	315
Natureza e existência em Domingos Tarroso	333
Liberdade em Sampaio Bruno	343
Teófilo Braga e Sílvio Romero: duas perspectivas sociológicas	355
Coordenadas epistemológicas do pensamento de Gilberto Freyre	373
A teoria da História de Jaime Cortesão	383
Breve meditação sobre Vicente Ferreira da Silva.....	395
Descartes no pensamento de Miranda Barbosa	401
António Braz Teixeira e a presença do krausismo no pensamento português e brasileiro de Oitocentos.....	413

ESTUDOS GERAIS
Série Universitária

Últimas obras publicadas:

PENSAMENTO ATLÂNTICO
ESTUDOS E ENSAIOS DE PENSAMENTO LUSO-BRASILEIRO
Paulo A. E. Borges

A *ARETÉ* COMO POSSIBILIDADE EXTREMA DO HUMANO
FENOMENOLOGIA DA *PRÁXIS* EM PLATÃO E ARISTÓTELES
Antônio Caeiro

CONSCIÊNCIA E INTERSUBJECTIVIDADE EM JEAN NABERT
Maria de Lourdes Sirgado Ganho

ENSAIO SOBRE A SEXUALIDADE E OUTROS ESTUDOS
Eduardo Abranches de Soveral

DA ESSÊNCIA DA LIBERTAÇÃO
ENSAIO ANTROPOLÓGICO A PARTIR
DA POESIA DE FÈLIX CUCURULL
Antônio de Macedo

INTRODUÇÃO À EPISTEMOLOGIA
CONHECIMENTO, VERDADE E HISTÓRIA
José Luís Brandão da Luz

ESTUDOS FILOSÓFICOS
Alexandre F. Morujão
Organização e prefácio de Carlos Morujão
Vol. I

DIALÉCTICA DAS CONSCIÊNCIAS E OUTROS ENSAIOS
Vicente Ferreira da Silva
Prefácio de Antônio Braz Teixeira

HORIZONTE E COMPLEMENTARIDADE
SEMPRE O MESMO ACERCA DO MESMO
Eudoro de Sousa
Prefácio de Fernando Bastos

A TEOGONIA DE FERÉCIDES DE SIRO
Fernando Bastos

NOVOS ESTUDOS HUMEANOS
João Paulo Monteiro

TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO
TEORIA DA JUSTIÇA
FONTES E MODELOS DO DIREITO
Miguel Reale

LINGUAGEM E DISCURSO

UMA HIPÓTESE HERMENÊUTICA SOBRE A FILOSOFIA DE ERIC WEIL

Luís Manuel A. V. Bernardo

ESTUDOS DE METAFÍSICA E ONTOLOGIA

PERSPECTIVAS DE UM HORIZONTE FILOSÓFICO

José Bacelar e Oliveira

Prefácio de Lúcio Craveiro da Silva

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA

DA FILOSOFIA DO DIREITO EM PORTUGAL

Luís Cabral de Moncada

Apresentação de António Braz Teixeira

DIONISO EM CRETA E OUTROS ENSAIOS

Eudoro de Sousa

Introdução de António Telmo

EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA ECONÓMICA

Manuel Jacinto Nunes

SHELLING E O PROBLEMA DA INDIVIDUAÇÃO

(1792-1809)

Carlos Morujão

PERCURSOS DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

José Esteves Pereira

Prefácio de António Braz Teixeira